

A CONTRIBUIÇÃO DO BOLETIM “O CANDEEIRO” NA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS COLETIVAS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO³⁹⁸

Vanessa Gonzaga Santos³⁹⁹

Guilherme Moreira Fernandes⁴⁰⁰

RESUMO: Este trabalho busca compreender como as edições do boletim impresso *O Candeeiro*, analisados a partir dos estudos de Michael Pollak, Maurice Halbwachs e Ana Paula Goulart Ribeiro tem o potencial de contribuir na conformação das novas e reconfiguração das antigas memórias sobre o Semiárido brasileiro. Considerando que a memória é coletiva, socialmente formada e que os meios de comunicação, por elevarem acontecimentos ao caráter de fatos históricos, contribuem também na conformação da memória dominante e das memórias coletivas subterrâneas, o estudo busca entender como o resgate da memória dos entrevistados, as narrativas e as imagens presentes no boletim podem contribuir para a formação de uma outra memória em torno do Semiárido, abandonando os estigmas e estereótipos em torno deste e das populações que nele habitam.

Palavras-chave: Memória Social; Memória Coletiva; O Candeeiro; Semiárido;

1 Introdução

No início dos anos 2000, começam a ser implementadas no Semiárido brasileiro políticas sociais de acesso à água com o objetivo de ampliar o acesso a esta para o consumo, mas também para a produção de alimentos e a criação de pequenos animais. Uma delas é implementada a partir de uma proposição da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) em 2007 com o Programa Uma Terra e duas Águas (P1+2), uma das estratégias para garantir a segurança alimentar das famílias com sete técnicas de construção de reservatórios, a exemplo das cisternas.

Para implementar a política existe um protocolo, firmado na autonomia dos indivíduos, no fortalecimento dos processos de organização social e processos formativos baseados na educação popular e várias outras premissas, sendo uma delas a necessidade de sistematização, um processo pedagógico de construção coletiva dos conhecimentos, de divulgação de iniciativas que deram certo e registro de práticas locais de convivência no Semiárido. É a partir desses objetivos que ASA formula o boletim impresso *O Candeeiro*.

Produzido por comunicadores e comunicadoras de organizações que compõem a ASA, *O Candeeiro* é um material impresso de caráter informativo que sistematiza experiências da agricultura familiar do Semiárido brasileiro ligadas ao P1+2. Segundo a própria ASA, já foram produzidas mais de duas mil edições do boletim desde 2007. Os boletins têm de duas a quatro

³⁹⁸ Trabalho apresentado no GT 4 (Folkcomunicação e Desenvolvimento local) da XX Conferência Brasileira de Folkcomunicação.

³⁹⁹ Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) E-mail: vanalpj@gmail.com

⁴⁰⁰ Orientador do trabalho. Professor do PPGCOM/UFRB. E-mail: guilherme.fernandes@ufrb.edu.br

páginas, são impressos em formato A4 e tem um modelo único, mas cada estado utiliza uma cor diferente. Cada edição do boletim tem a tiragem de mil exemplares.

Os boletins contam como a construção das cisternas e o acesso a outras políticas sociais mudaram a paisagem da região que é comumente retratada pelos meios de comunicação de massa sob o estereótipo do chão rachado, do gado morto e dos flagelados da seca, agora com imagens de uma Semiárido vivo, verde, produtivo e um lugar de possibilidades para a população do campo que vive ali.

É a partir da análise dos boletins *O Candeeiro* que o presente trabalho busca compreender a possibilidade deste como um gerador de novas memórias sob o Semiárido brasileiro. Aqui, partimos do pressuposto de que as memórias são criadas social e coletivamente na vida em sociedade, de acordo com os estudos de Halbwachs (1990) e Pollak (1989) e que os fatos jornalísticos, nas sociedades industriais, se aproximam cada vez mais dos fatos históricos, se tornando material essencial para a construção das memórias, como assinala Ribeiro (2000).

Os boletins são exemplos do que Ribeiro pontua como memórias coletivas subterrâneas que, segundo a autora, “transmitem e conservam lembranças proibidas ou simplesmente ignoradas pela visão dominante” (RIBEIRO, 2000, p. 31). Aqui situamos como dominante as memórias e a visão historicamente construída pelo Estado brasileiro e pelos meios de comunicação de massa em torno do Semiárido sob o pressuposto de combate à seca. Vale ressaltar que segundo a autora, os limites entre o dominante e o subterrâneo não são delimitados e que eles se atravessam, ainda que estejam ligados a lógicas diferentes.

Neste estudo, a amostragem é de três boletins, feitos nos estados da Bahia, Ceará e Paraíba publicados entre 2016 e 2018. A escolha de boletins de diferentes estados de diferentes períodos está fundamentada na necessidade de entender como mesmo em diferentes espaços e períodos de tempo, é possível observar como os boletins evocam memórias e constroem suas narrativas de forma coesa em torno das mudanças na vida das famílias beneficiadas e que podem ter o potencial em nível local e mais amplo de sedimentar novas memórias sob o Semiárido.

2 Semiárido brasileiro

O Semiárido brasileiro possui 1.262 municípios, espalhados pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, segundo resolução nº 115 de 23 de novembro de 2017, dados da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A região é o Semiárido mais chuvoso de todo o mundo, com média de índice de pluviosidade de 750 mm ao ano, mas o relevo e as características

climáticas da região também propiciam altos níveis de evapotranspiração, o que reforça a necessidade de estoque de água, já que o período chuvoso é concentrado em apenas quatro meses do ano. A vegetação predominante é a Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, embora também existam áreas com outros biomas, como o Cerrado, ou zonas de transição entre estes.

Optamos neste estudo por utilizar a definição do Semiárido que leva em conta não apenas suas características climáticas, entendendo que a cultura de um povo também diz sobre ele. Gostaríamos de ressaltar que é também no Semiárido brasileiro que vivem inúmeras comunidades quilombolas, indígenas, de fundo e fecho de pasto, extrativistas, de pesca artesanal e que tem seu modo de viver e suas manifestações culturais. Acreditamos que a definição de Semiárido que não leva em consideração seus aspectos políticos, sociais, ambientais, históricos e culturais está incompleta e pode conduzir a equívocos no âmbito da pesquisa acadêmica.

Ainda no Brasil Imperial a região já era conhecida por suas condições climáticas, mas as únicas políticas que chegavam até ali eram a perfuração de poços e o envio de alimentos nos períodos de estiagem (ANDRADE, NUNES, 2014). No ano de 1909 foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) que em 1945 foi reestruturada, recebendo a denominação de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). O departamento executou ações de perfuração de poços, construção de estradas, de barragens e de açudes, e financiou estudos sobre a geografia local, mas que por não levar em consideração a realidade das populações que ali viviam, grande parte das obras servia para manter o poder de famílias ligadas a elites locais.

O cenário desolador servia como pretexto para que o poder local captasse mais recursos em benefício próprio. Essa situação abusiva ficou conhecida como indústria da seca [...] A indústria da seca e suas práticas clientelistas fez com que a alocação de recursos na sociedade fosse completamente desigual, e reforçou a estrutura de dominação vigente. (ANDRADE; NUNES, 2014, p.4).

É a partir da década de 1980, com a redemocratização e o crescimento das Organizações Não Governamentais (ONG's), movimentos populares, sindicatos de trabalhadores rurais e associações que surge a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), fazendo coro a uma movimentação ampla destes setores da sociedade cobrando políticas sociais estruturantes a partir da ideia de Convivência com o Semiárido e em contraposição ao então projeto de Combate à Seca criticado por essas organizações. Até hoje as políticas que estão ligadas às essas duas perspectivas seguem sendo implementadas simultaneamente.

Em 2007, o Programa Uma Terra e duas Águas (P1+2), proposto pela ASA, começa a ser utilizado como política de governo construindo reservatórios de água voltados à produção de alimentos e a criação de pequeno porte, focado na autonomia das famílias produtoras e na

construção da sua soberania alimentar e da agricultura familiar como fonte de renda. É como estratégia de comunicação deste programa que surge o boletim *O Candeeiro*, produzido em todos os estados que fazem parte do Semiárido por comunicadores populares das entidades ligadas à ASA com a participação das famílias agricultoras, que relembram a vida difícil nos períodos de estiagem e mostram como a implementação das cisternas pode ser uma opção sustentável, eficiente, de baixo custo e que é base para uma vida com dignidade nestes territórios.

3 Memória coletiva e social e o papel da mídia na formação da memória

Para entender como os boletins podem contribuir na formação de memórias sobre o Semiárido brasileiro, se faz necessário resgatar aqui algumas características que consideramos essenciais para compreender como as memórias são formadas e estão em constante transformação na vida em sociedade. Por isso, aqui optamos por um olhar ampliado sobre o conceito de memória, levando em consideração não apenas seu aspecto individual, cerebral e biológico da capacidade de armazenar ou esquecer determinados acontecimentos vivenciados ou não pelos indivíduos, mas também como esse acontecimentos são lidos, vivenciados, relacionados e contados em sociedade.

Pollak (1992) coloca que os elementos que constituem a memória são tanto os acontecimentos que vivemos pessoalmente quanto os “vividos por tabela”, aqueles que são vivenciados pela comunidade ou grupo ao qual um indivíduo pertence. Ela é constituída por pessoas, personagens; também é seletiva e tem uma forte relação com sentimento de identidade, que também é um fenômeno que assim como a memória, é produzido em referência aos outros e são valores disputados, especialmente em contexto de conflito.

Halbwachs (1990) nos ajuda a compreender a memória como uma construção coletiva quando aposta que nossas lembranças não são apenas construídas coletivamente, mas se reforçam a partir das memórias de outros:

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias [...] Para melhor me recordar, eu me volto para eles, adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois sofro ainda seu impulso e encontro em mim muito das ideias e modos de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço em contato com eles. (HALBWACHS, 1990, p. 16-17)

Halbwachs também assinala que nossas memórias também podem ser reconfiguradas e modificadas de forma coletiva, desde que essa reconstrução seja operada a partir de noções em comum no que ele chama de comunidades afetivas ou mesmo em sociedade. Para Pollak, a

memória num constante “trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de contiguidade e de organização” (POLLAK, 1992, p. 7), ou seja, quando uma memória se forma ela passa a influir nos passos e decisões do presente e do futuro de um determinado grupo, que pode passar a agir numa movimentação de defesa, manutenção ou resgate daquelas memórias.

Pollak também relaciona memória e documento quando afirma que se a memória é socialmente construída, os documentos também o são, daí a necessidade de fazer a crítica sob uma possível tendência ou parcialidade nessas memórias e documentos, mas também de “admitir a pluralidade da história, das realidades, e logo, das cronologias historicamente admissíveis” (POLLAK, 1992, p. 11).

Se Pollak coloca a memória como um elementos em disputa, Ribeiro (2000) complementa afirmando que esta funciona e se constitui também como um elemento de poder, tanto que a autora assinala as duas principais formas de estruturação da memória coletiva: a memória oficial, que, segundo esta, se constrói sobre zonas de sombras, silêncios, esquecimentos e repressões em contraposição ao que se chama de memórias coletivas subterrâneas, se opondo à oficial, “seja nos quadros familiares, em associações ou em grupos étnicos, culturais ou políticos, transmitem e conservam lembranças proibidas ou simplesmente ignoradas pela visão dominante” (POLLAK, 1992, 32).

Para Ribeiro, a história tem um papel central para constituir e formalizar a memória oficial, mas que com a formação das sociedades industriais a história perde esse papel a partir do surgimento das tecnologias de comunicação. A partir daí, a história é formada também pelos meios de comunicação, que acabam selecionando acontecimentos e elevando-os à categoria de históricos, tudo com a ajuda do mito da neutralidade, da ideia de um jornalismo informativo e com técnica científica.

O jornalismo exerce um papel crucial na produção de uma ideia de história, não só porque indica aqueles que, dentre todos os fatos da realidade, devem ser memoráveis no futuro [...], mas também porque se constitui ele mesmo em um dos principais registros do seu tempo (RIBEIRO, 2000, p. 35).

Esse poder de formalizar a memória oficial, segundo Ribeiro, não passa de forma despercebida pelos meios de comunicação, daí a necessidade de reforçar a que a objetividade e a imparcialidade do jornalismo são um mito e que não há registro ingênuo, mas que eles atendem ao que a autora chama de mecanismo ideológico próprio, ou seja, está vinculado a visão de mundo e a política editorial dos veículos de comunicação que optam por pautar ou não determinados temas e abordagens.

4 O Candeeiro e a formação de memórias sobre o Semiárido

Para escolher os três boletins que compõem o objeto empírico deste artigo, é importante assinalar que a escolha dos três estados onde eles foram produzidos não foi feita a esmo. O estado do Ceará tem casos emblemáticos de como o Estado brasileiro encarava a questão da seca, já que lá foram construídos sete campos de concentração para o que na época se chamava de “flagelados” da seca, que eram as famílias que perdiam a pouca plantação, animais e até familiares para a falta de água. Estima-se que cerca de 100 mil pessoas passaram pelos campos de concentração no Ceará durante o século XX (QUEIROZ, 2020).

Já o estado da Paraíba foi território de uma outra política de Estado para o combate à seca mais recente, que é a transposição do rio São Francisco, colocada como a solução para a questão da falta de água, ainda que já se saiba que o Semiárido brasileiro é um dos mais chuvosos do mundo e sua principal debilidade é a pouca capacidade de armazenamento de água, e não a sua falta. As obras da transposição iniciaram em 2007 com o custo inicial estimado de R\$ 4,6 bilhões (ANDRADE; NUNES) e o eixo leste da obra foi pensado para beneficiar dezenas de cidades do estado paraibano localizadas na bacia do rio Paraíba com a projeção de que até o ano de 2025 2.830.839 habitantes do estado sejam beneficiados com a obra (GUIMARÃES, 2016).

Já o estado da Bahia é o que possui o maior número de municípios dentro da delimitação mais recente da Sudene sobre Semiárido legal: são 278 municípios incluídos na lista. O estado possui 417 municípios. Além disso, o estado é o que mais foi beneficiado com construção de cisternas no âmbito do programa Água Para Todos, com 18,9 mil cisternas do total de 80 mil feitas em uma das etapas de implantação do programa (ASA).

Os boletins foram selecionados através do próprio site da ASA, onde na aba “Acervo” estão milhares de boletins digitalizados. Foram utilizados os filtros de seleção por estado e o tema “Acesso à Água”, sem incluir filtros de tempo de publicação, palavras-chave ou organização. Dessa forma, chegamos às edições nº 2428, feita em novembro de 2018 no Ceará, com título “Tecnologias Sociais Geram Qualidade de Vida para Família do Semiárido”; nº 2236, feito em setembro de 2018 na Paraíba, com título “Acesso à políticas públicas de convivência com o Semiárido melhorando a vida no campo” e o nº 2295, produzido em maio de 2017 na Bahia, com o título ‘Tem que se manter firme aqui na nossa terra e lutar por ela’, diz agricultora”.

Como metodologia para este trabalho, adotamos a análise crítica dos conteúdos presentes nos boletins para analisá-lo em busca dos significados que são construídos através das imagens e da construção dos textos. Analisando a materialidade dos boletins em relação ao seu contexto, “a análise de conteúdo pode ser um instrumento para a compreensão do que é dito, escrito ou mostrado. O

objetivo é desmontar as mensagens, mostrando aspectos despercebidos em um primeiro momento” (MARTINO, 2018, p. 157). Assim, acreditamos ser possível visualizar como, a partir da sua materialidade e contexto, os boletins contribuem na formação de memórias.

No título da edição nº 2428, já é apontada a relação entre as tecnologias sociais de acesso à água e seus impactos positivos na vida das famílias beneficiadas. O boletim conta a história dos cearenses Geraldo Antônio de Lima e Célia Alves de Lima e sua narrativa mistura relatos dos dois de memórias anteriores à implantação do programa com o quadro atual da produção de alimentos e criação de animais.

A família foi beneficiada com 3 diferentes políticas de tecnologias sociais que armazenam água para consumo doméstico, em 2002; para a produção de alimentos e criação de animais, em 2016; e o sistema de reuso de água, acessado pela família a partir de 2018.

Uma das citações diretas da fala de Geraldo enfatiza que antes das cisternas só era possível plantar feijão e milho, duas variedades que se adaptam bem às condições climáticas do Semiárido. A fala do agricultor no boletim aponta que “não tinha muita alternativa, e só dependia do inverno, então não dava para arriscar em outras coisas”, relembra.

Outra memória dos tempos anteriores da chegada das cisternas é resgatada por Célia, quando ela lembra que a única alternativa de água era uma cacimba a mais de 300m e que não tinha água própria para consumo, porque possuía resíduos de minerais, mas ainda assim era a única opção da família, que carregava baldes todos os dias do local até a casa. Esse tipo de memória, presente nas lembranças de Célia e de tantas outras famílias que atravessavam períodos longos de estiagem sem nenhum tipo de auxílio dos órgãos públicos é a que majoritariamente povoava e ainda povoa as imagens, notícias e reportagens dos meios de comunicação de massa quando a pauta é a seca, já que muito pouco se fala sobre Semiárido nestes meios.

Quase 20 anos se passaram desde a primeira cisterna da família até o momento da produção do boletim, e nas imagens feitas para a matéria, as fotos mostram um Semiárido diferente do comumente retratado pelos meios de comunicação de massa, com uma paisagem verde, produtiva e cheia de alimentos. Esse cenário cria e remodela as memórias sobre o Semiárido não apenas para a família de Geraldo e Célia, mas também para quem tem acesso ao boletim impresso ou através da internet e pode ver e ler sobre o Semiárido como um território produtivo, como um lugar de direitos e possibilidades para quem ali vive.

O boletim encerra com Geraldo e Célia projetando o futuro com base neste cenário de possibilidades vivido através da construção das cisternas, já que ambos pretendem ampliar a produção. Essa nova perspectiva de futuro se torna possível a partir do que Pollak elenca como

trabalho de manutenção, já que quando essa memória mais recente ligada à construção das tecnologias sociais se forma ela passa a influir nos passos e decisões futuras da família.

A edição nº 2326 d' *O Candeeiro* produzido na Paraíba conta a história da família Santos, que começa já ressaltando os benefícios do armazenamento de água na agricultura familiar, como a produção durante o ano todo, ao contrário do passado, onde a produção só acontecia nas épocas de chuva e durante os períodos de seca a alimentação e as fontes de renda ficam mais escassas, uma memória coletiva que ainda existe e é majoritária em torno desta região. A chegada da água possibilita diretamente o aumento da renda familiar e a soberania alimentar, que é o direito dos povos e comunidades tradicionais definirem suas próprias políticas e modos de produção, garantindo o direito à alimentação para toda a população com base na produção voltada à agricultura familiar e dos pequenos produtores.

O passado da família é parecido com o das demais histórias que habitam o imaginário das pessoas sobre esse Semiárido sem água e sem direitos: a única fonte de água no local era um açude a 12km da residência da família, que não possuía água potável, mas ainda assim era usada para o consumo humano. A produção de alimentos só era possível nos períodos de chuva, já que sem acesso à água nenhuma plantação sobrevive aos períodos de estiagem. Mais uma vez, o passado da família que vivia com a “lata d’água na cabeça” para ter que beber água e cozinhar evoca memórias para denunciar o estado de negação de direitos básicos no passado e contextualizar o impacto das mudanças na atualidade.

A mudança na vida da família de Antônio e Inácia, que tem seis filhos, aconteceu com a construção de uma cisterna para o armazenamento de água para o consumo humano. Com o acesso à primeira água, a família teve a iniciativa de construir por conta própria um segundo reservatório para a criação de pequenos animais e produção de alimentos.

Edson, um dos filhos do casal, incorpora à sua própria memória as memórias “vivas por tabela” relatadas pelos pais para reforçar o impacto positivo da conquista das políticas sociais e do conhecimento adquirido através de formações da ONG para melhorar e ampliar a produção de alimentos e a criação de animais com base nos princípios da convivência com o Semiárido. É a possibilidade de armazenar água a partir de políticas estruturantes e também construir conhecimento e de entender as condições e peculiaridades climáticas do Semiárido que possibilita que as famílias possam produzir e conviver com os períodos de estiagem e não mais depender de políticas pontuais, assim, reconfigurando e atualizando as memórias das famílias e de quem ali vive.

Com o direito humano do acesso à água garantido, a produção da família hoje conta com 10 variedades de frutas, leguminosas e hortaliças e a criação de caprinos, suínos, e 3 tipos de aves, todos animais de pequeno porte, ideais para regiões semiáridas por consumirem menos água do que os

bovinos, por exemplo. A diversificação e quantidade, junto com abundância de água nos períodos chuvosos garante que a família se alimente e comercialize o excedente para incrementar a renda.

As fotos utilizadas no boletim mostram a família segurando cartazes com a sistematização de momentos de formação técnica e da produção dos alimentos mais uma vez com imagens verdes, mostrando a diversidade e a riqueza da produção de alimentos que é possível no Semiárido desde que o acesso à água seja garantido.

A família é beneficiária de um conjunto de políticas: O Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC); o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Seguro Safra, Bolsa Família e outros. No texto que encerra o boletim é apontado que além dos programas, a causa da mudança na vida da família Santos é também o engajamento nas associações comunitárias, em contraste com o passado em que seus direitos e o acesso a políticas sociais era “totalmente esquecida pelos governantes e [a família] privada de qualquer direito”.

Agora, a história e a mudança na vida da família dão visibilidade a um Semiárido mais justo e produtivo, construindo novas memórias tanto para Antônio e Inácia, que viveram os períodos de estiagem e falta de água em tempos passados, quanto para os filhos, que tem a memória construída deste período através dos relatos dos mais antigos e que agora podem viver e construir outras memórias com base na realidade em que vivem.

Produzido em Juazeiro, região norte da Bahia, a edição nº 2295 d'O Candeeiro começa com o resgate de uma das memórias de Maria Neves dos Santos durante a década de 1980, quando precisava carregar água para ajudar os pais nas atividades diárias na roça, o que a impedia de ir à escola e resultou no analfabetismo, um dos vários problemas sociais constantemente ligado ao Semiárido e que ainda faz parte das memórias de quem viveu esse período e de quem ouviu relatos, leu, assistiu, através de outras pessoas ou dos meios de comunicação que por muito tempo produziram matérias sobre o tema denunciando essas questões. Importante ressaltar que nos últimos anos houve uma queda drástica na taxa de analfabetismo, que em 1996 era de 50% na região nordeste (INEP, 2004) e cai para 13,9% em 2019 (IBGE, 2020).

Anos depois, após formar sua família, Maria enfrentava sem nenhum auxílio governamental os dois dilemas típicos das condições climáticas do Semiárido: as estiagens e enchentes, já que sua família vivia às margens de um riacho temporário. O cenário foi o que direcionou a família para uma movimentação comum, o êxodo rural. O marido de Maria, Dionízio Manoel dos Santos, passou a trabalhar como assalariado rural e ela como doméstica na zona urbana da cidade, abandonando o território onde ela sempre viveu e a criação dos animais.

Após um acidente de trabalho com Dionízio, a família retorna para o campo, mas as lembranças que a família tinha de um lugar onde a vida era difícil, sem água, contrastam diante de um cenário em transformação por causa das políticas sociais, a exemplo da construção de uma adutora a 6km da casa feita para abastecer a região, além da construção de escolas na zona rural. As mudanças incentivaram a família de Maria e Dionízio a se manter na terra, agora com acesso à água e educação, dois elementos valorizados na fala de Maria, que também foi o que possibilitou a ela voltar aos estudos e ser alfabetizada, além de manter seus filhos na escola. Nesse processo, é visível como o impacto negativo da memória de ter seu direito à educação negado reverbera na vida de Maria, tanto pelo esforço em manter os filhos na escola visualizando que assim eles podem ter mais perspectivas no futuro, tanto para ela, que muitos anos após retorna ao ambiente escolar.

A família tem principalmente a criação de caprinos, ovinos e aves como principal atividade econômica. As imagens do boletim que conta a história da família de Maria mostram a paisagem mais conhecida da Caatinga, com os galhos secos e sem folhas, também chamada de “mata branca”, que é quando as plantas se desfazem de suas folhas e flores para sobreviver aos períodos de estiagem. Ainda assim, os animais da família retratados são grandes e saudáveis, diferente das cenas de mata branca, chão rachado e gado morto que majoritariamente compõem a memória coletiva.

Um dos elementos que o boletim destaca em relação à família é o cuidado com a natureza, especialmente em relação às queimadas, que por muito tempo foram incentivadas como forma de fertilizar a terra, mas que causa a desertificação do solo. A prática foi abolida pela família, que agora adota métodos sustentáveis, como a fertilização de árvores e plantas com o esterco dos animais. O novo olhar sobre as questões ambientais e climáticas vem junto com a formação feita pela assessoria técnica das ONG's, que integram a preservação do meio ambiente às práticas de agricultura e pecuária no Semiárido.

A adutora, que possibilita a chegada da água na casa da família duas vezes por semana, foi construída após a mobilização da comunidade através da associação comunitária e hoje beneficia outras famílias. O boletim encerra com uma aspa da fala de Maria que ressalta que para que a adutora chegasse “teve muita organização, muita luta pra essa água chegar até aqui”.

5 Considerações finais

Os três boletins evocam a memória das famílias da época anterior à uma série de políticas, onde o cenário de “chão rachado e gado morto” se espalhava pela região. É a chegada das cisternas para armazenar água e o arcabouço de direitos humanos e de novas formas de viver que muda a realidade e consequentemente a produção de memórias, vale reforçar, social

e coletivamente construídas entre o núcleo familiar, nas comunidades rurais e entre os técnicos que contribuem na implementação dessas políticas.

É esse conjunto, como os já citados Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC); o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Seguro Safra, Bolsa Família que possibilita o armazenamento de água para consumo humano, produção de alimentos e criação de animais e a geração de renda nos períodos de estiagem ou entressafra; a assessoria técnica que contribui na construção do conhecimento sobre as condições climáticas e sobre quais técnicas melhor se adaptam ao clima do Semiárido e a organização comunitária entre as famílias das zonas rurais que se organizam, estudam, e pressionam o poder público para garantir e ampliar o direito e o acesso a este arcabouço de políticas sociais.

É esse novo cenário, com imagens de um Semiárido verde, vivo e produtivo até mesmo nos períodos de estiagem que muda a realidade e ajuda a conformar novas memórias para essas famílias, para as comunidades rurais onde elas vivem, para os técnicos que contribuem na assessoria, para os comunicadores da ASA que vão até as pequenas propriedades para a construção do boletim impresso e para quem tem acesso às edições d' *O Candeeiro* pela via impressa ou através da internet.

A conquista das políticas, a mobilização das comunidades e as imagens que mostram esse Semiárido tem o potencial de construir outras memórias em torno dessa região, considerando que a mídia tem um papel fundamental na formação destas, que são moldadas através de um processo social e coletivo na vida em sociedade. Além disso, como já sinalizado anteriormente, os meios de comunicação elevam acontecimentos à categoria de históricos quando os imprimem em suas páginas. Ainda que não seja um trabalho massivamente conhecido, *O Candeeiro* tem mais de duas mil edições, com cada uma tendo a tiragem de mil exemplares, fora a possibilidade de acesso aos boletins pela internet. Se trata de um modelo não hegemônico, mas que tem o potencial de se espalhar, e como seu próprio nome anuncia, alumiar as novas realidades que estão em construção no Semiárido brasileiro.

Além disso, os boletins trazem uma visão ainda pouco difundida pelos meios de comunicação de massa, que conforma, como assinala Ribeiro, as “memórias coletivas subterrâneas”, trabalhada pelos meios de comunicação comunitária e popular de um Semiárido sem estereótipos, sem estigmas e onde é possível viver com dignidade, desde que as políticas que girem em torno da convivência com o clima do Semiárido e não do combate à seca sejam favorecidas e ampliadas.

A abordagem em panorama, selecionando uma pequena amostragem do total de boletins produzidos nos ajuda a visualizar como a linguagem, as imagens e a construção da narrativa desses boletim é feita de forma coesa, acionando memórias do passado dos agricultores e agricultoras, assimilando a importância do acesso às políticas sociais de convivência com o Semiárido e seus impactos positivos na realidades das famílias e permitindo que elas projetem um futuro de ampliação da sua produção e mesmo dos programas aos quais tiveram acesso para outras famílias que ainda tem seus direitos negados.

Encerramos este estudo apontando que este debate é apenas mais uma contribuição para o tema, que pode ser posteriormente incrementado com novos elementos, mas que por ora pode contribuir com a produção acadêmica em torno dos temas do Semiárido brasileiro, da memória coletiva e social propondo um novo olhar sobre esta região tão extensa, diversa, multicultural, mas que ainda sofre com os constantes ataques às políticas sociais que correm o risco de serem extinguidas, ainda que tenham todo esse potencial de remodelar a realidade e as memórias ali construídas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE; Jucilaine Aparecida de; NUNES, Marcos Antônio. Acesso à água no Semiárido Brasileiro: uma análise das políticas públicas implementadas na região. **Revista Espinhaço** 3, 28–39. Disponível em <<http://doi.org/10.5281/zenodo.3964806>>. Acesso em 08. dez. 2020

ASA. **Séries – Série Enconasa**. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/171-radio-asas/series/serie-enconasa/1464-cordel-enconasa>> Acesso em 06 dez. 2020.

O CANDEEIRO. Ed. nº 2236. Picuí: ASA, 2016. Disponível em <https://www.asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro?artigo_id=9851&start=10> . Acesso em 24 abr 2021

O CANDEEIRO. Ed. nº 2295. Juazeiro: ASA, 2017. Disponível em <http://asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro?artigo_id=10270&start=90> . Acesso em 01 mai 2021

O CANDEEIRO. Ed. nº 2428. Acopiara: ASA, 2018. Disponível em <https://asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro?artigo_id=10731&start=30> . Acesso em 24 abr 2021

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Nova delimitação do Semiárido brasileiro. Disponível em <<http://antigo.sudene.gov.br/delimitacao-do-Semiárido>>. Acesso em 08 dez. 2020.

GUIMARÃES, Bruno Souza. **A transposição do rio São Francisco: Análise da efetividade do projeto**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <<https://security.ufpb.br/ccec/contents/documentos/tccs/2015.2/a-transposicao-do-rio-sao-francisco-analise-da-efetividade-do-projeto.pdf>>. Acesso em 06 dez. 2020



redefolkcom



HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e a memória individual. In: _____. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** - Educação (PNAD) 2020. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf>. Acesso em: 20 mar 2021

INEP. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/mapa_do_analfabetismo_do_brasil.pdf>. Acesso em 20 mar 2021.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Análise de Conteúdo e leitura criativa das fontes. In: _____. **Métodos de Pesquisa em Comunicação**: Projetos, ideias, práticas. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A Mídia e o Lugar da História. **Lugar Comum**, Ed. 11, 25-44. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113010121113A%20midia%20e%20o%20lugar%20na%20historia%20%20-%20Ana%20Paula%20Goulart%20Ribeiro.pdf>. Acesso em 08. dez. 2020

QUEIROZ, Cristina. Memórias da Seca: Articulação entre pesquisadores e movimentos sociais assegura tombamento de campo de concentração no Ceará. **Revista Fapesp**. São Paulo, Ed. 287, 20 mar. 2020 Disponível em <<https://revistapesquisa.fapesp.br/memorias-da-seca/>> Acesso em 04. dez 2020